

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01, DE 16 DE MARÇO DE 2005.

(Alterada pela Instrução Normativa nº 01/2007)

Aprova o Manual de Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o disposto no Art.74, letra “b”, da Constituição do Estado, e CONSIDERANDO a necessidade de implementação da sistemática de exame e instrução dos processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais dos entes jurisdicionados,

RESOLVE:

Art.1º Fica aprovada, na forma do anexo desta Instrução Normativa, o Manual de Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais.

Art.2º Fica a Presidência deste Tribunal autorizada a adotar as providências necessárias à perfeita implantação do Manual e dos procedimentos para o exame e instrução das contas anuais.

Art.3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 16 de março de 2005.

Conselheira Soraia Thomaz Dias Victor –
PRESIDENTE

Conselheiro José Luciano Gomes Barreira –
VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Francisco Suetônio Bastos Mota (em gozo de férias)

Conselheiro Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa (em gozo de férias)

Conselheiro Teodorico José Menezes Neto

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Esta Instrução Normativa foi publicada do DOE-TCE/CE de 14.04.2005

Anexo alterado pela Instrução Normativa nº 01/2007

ANEXO ÚNICO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007

1) MODIFICAÇÕES NA ATUAL REDAÇÃO DO TEXTO DO MANUAL:

1.1) Fica substituído o termo "instruções" constante do primeiro parágrafo do item 2 por "instrução"

1.2) Os incisos VI e VII do item 3 passam a ter a seguinte redação: " 3 - Procedimentos para Instrução dos Processos

.....
VI. instruir normalmente as Contas Anuais selecionadas mediante sorteio realizado pelo Plenário do Tribunal, na forma estatuída na Instrução Normativa nº 04/2005 (dez por cento das prestações de contas, cujo parecer emitido pelo Controle Interno seja pela sua regularidade ou regularidade com ressalva, sem necessidade de aprofundamento pelo TCE); e

VII. manter as Contas Anuais não selecionadas pelos critérios anteriores na condição de diferimento, sem parecer da unidade técnica. Tais Contas Anuais devem ser mantidas na unidade técnica correspondente até o último dia do mês de outubro do exercício subsequente ao seu ingresso no Tribunal, findo esse prazo deverão ser instruídas e enviadas para julgamento. As Contas Anuais que venham a ser maculadas nesse período devem ser retiradas do estado de diferimento, instruídas e remetidas rapidamente ao Relator para julgamento."

1.3) O quarto parágrafo do item 3 passa a ter a seguinte redação:

" 3 - Procedimentos para Instrução dos Processos

.....
Uma vez selecionadas as contas passíveis de instrução, as demais contas com parecer do Controle Interno pela regularidade e regularidade com ressalva serão segregadas das demais e diferidas. Neste caso, não ocorrerá exame detalhado pela Inspeção, caso não sejam encontrados em outros trabalhos motivos para retirá-las do diferimento. Imediatamente após o último dia do mês de outubro do exercício seguinte ao recebimento das contas, cada unidade técnica encaminhará os processos correspondentes para julgamento, seguindo o parecer do Controle Interno."

1.4) O subitem 4.1.4.4.3 - INDICADORES DE DESEMPENHO passa a denominar-se 4.1.4.4.5 - INDICADORES DE DESEMPENHO

1.5) O quarto e quinto tópicos deixam de integrar o subitem 4.1.4.4.2 - BALANÇO FINANCEIRO para compor o subitem 4.1.4.4.5 - INDICADORES DE DESEMPENHO

1.6) O quarto, quinto e sexto tópicos deixam de integrar o subitem 4.2.4.4.2 - BALANÇO FINANCEIRO para compor o subitem 4.2.4.4.6 - INDICADORES DE DESEMPENHO

1.7) As fórmulas dos índices de Execução da Despesa e do Resultado Orçamentário constantes do subitem 4.2.4.4.6 - INDICADORES DE DESEMPENHO passam a ser:

" Índice de Execução da Despesa Despesa Executada x 100"

Despesa Fixada

.....
"Índice do Resultado Orçamentário

Receita Executada x 100 " Despesa Executada

1.8) O tópico 5º do subitem 5.1 passa a ter a seguinte redação: "5.1 PROPOSTAS DE MÉRITO

.....
- não havendo débito, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas nas alíneas a, b ou c do inciso III do art. 15 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07, e após procedida a devida citação, deverá ser proposta, se for o caso, a aplicação ao responsável da multa prevista no inciso I, do art. 62 da citada Lei (art. 18, parágrafo único, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07);"

1.9) O primeiro subtópico do sétimo tópico do subitem 5.1 passa a ter a seguinte redação:

"5.1 PROPOSTAS DE MÉRITO

.....
- se a infração cometida for grave, que o responsável seja declarado inabilitado para exercer cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Estadual (art. 63 da Lei nº 12.509/95);"

1.10) O nono tópico do item 6 passa a ter a seguinte redação:

" Definições e Conceitos Importantes

.....
- Tomada ou Prestação de Contas Anuais - processo com as contas dos administradores e dos responsáveis por órgãos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades mantidas pelo Poder Público Estadual, bem como dos fundos administrados ou geridos por órgão ou entidade estaduais, a serem submetidas a julgamento pelo Tribunal."

1.11) Os tópicos 1º e 3º do subitem 7.2 passam a ter a seguinte redação: "7.2 - CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES

- " A legislação a ser pesquisada: Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal nº 8.666/93 - Estatuto das Licitações e Contratos e Instrução Normativa nº 01/05 SECON-SEFAZ ."

.....
- "Verificar a observância das exigências contidas no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01/05 - SECON-SEFAZ."

2) ACRÉSCIMOS À ATUAL REDAÇÃO DO TEXTO DO MANUAL:

2.1) Ficam acrescidos ao subitem 4.1.1 os seguintes tópicos:

- "relação das nomeações realizadas no exercício, se houver, indicando os Diários Oficiais das publicações do edital de abertura do concurso público, da relação dos candidatos aprovados, da homologação e das nomeações respectivas;
- demonstrativo da execução orçamentária por fonte de recurso"

2.2) Ficam acrescidos ao subitem 4.2.1 os seguintes tópicos:

- "relação das nomeações realizadas no exercício, se houver, indicando os Diários Oficiais das publicações do edital de abertura do concurso público, da relação dos candidatos aprovados, da homologação e das nomeações respectivas;
- demonstrativo da execução orçamentária por fonte de recurso;
- relatório de auditoria emitido pela SECON "

2.3) Fica acrescido ao Rol de Responsáveis constantes dos subitens 4.1.4.1 e 4.2.4.1 o seguinte tópico:

- " o encarregado do setor financeiro ou outro co-responsável por atos de gestão"

2.4) Ficam acrescidos ao subitem 4.1.4.4 - Demonstrações Financeiras e Contábeis os subitens 4.1.4.4.3 - Balanço Patrimonial e 4.1.4.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

"4.1.4.4.3 - Balanço Patrimonial

- Verificar a relação de igualdade de saldos entre o Ativo e o Passivo, inclusive entre as contas de Compensação.

- Verificar se os saldos do Ativo Real e do Passivo Real correspondem, respectivamente, à soma do Ativo Financeiro com o Ativo não Financeiro; e do Passivo Financeiro com o Passivo não Financeiro.

- Verificar se não existem contas com sinal negativo, indicando inversão de saldo, exceto contas retificadoras ou de resultados do período.

- Verificar se foram excluídos do Ativo e Passivo Financeiros os saldos de estoques e outros realizáveis não financeiros, para não permitir indevidas suplementações orçamentárias tendo por base esses saldos.

- Verificar se existem contas transitórias, que não poderão apresentar saldos no final do exercício, como as representativas da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa e outras que, por sua natureza, devem apresentar saldo zerado ao final do exercício como as Despesas a Classificar."

"4.1.4.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

- Verificar se os valores registrados nas Receitas e Despesas mantêm relação de igualdade com os registros correspondentes nos Balanços Financeiro e Orçamentário.

- Verificar o valor do superávit ou déficit corresponde ao saldo do Resultado do Período no Balanço Patrimonial (situação patrimonial do exercício em exame com relação ao exercício anterior).

- Verificar se há substancial uso de Receitas Correntes em Despesas de Capital ou Receitas de Capital em Despesas Correntes. Caso exista, se estão justificados, nos autos, os motivos das capitalizações ou descapitalizações excessivas, respectivamente.

- Verificar se os saldos elevados em Desincorporações de Ativos ou Incorporações de Passivos estão devidamente justificados no Relatório de Desempenho da Gestão."

2.5) Fica acrescido ao subitem 4.3.1 o seguinte tópico:

"4.3.1 PEÇAS PROCESSUAIS

Compõem os processos as seguintes peças (art. 9º da Lei nº 12.509/95)

.....
- Parecer do Conselho Fiscal "

2.6) Fica acrescido ao terceiro tópico do subitem 5.1 a seguinte ocorrência:

"5.1 PROPOSTAS DE MÉRITO

.....
- quando as contas evidenciarem qualquer das ocorrências a seguir relacionadas, deverá ser proposto julgamento pela irregularidade (art. 15, inciso III, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07)

.....
- grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;"

2.7) Ficam acrescidos aos subitens 7.1 e 7.2, respectivamente, os seguintes tópicos:

" 7.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

.....
- Verificar o cumprimento das normas de finanças públicas atinentes às receitas e despesas públicas"

"7.2 CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES

.....
- Verificar o atendimento das exigências contidas na Lei Complementar nº 101/00 para a realização de transferências voluntárias"

2.8) Fica acrescido ao item 7 o seguinte subitem:

"7.9.1.4 – Das Disponibilidades de Caixa e da Preservação do Patrimônio Público

- Verificar a observância das disposições contidas na Lei Complementar nº 101/00 atinente à gestão patrimonial"

3) SUPRESSÕES NA ATUAL REDAÇÃO DO MANUAL:

3.1) Do tópico " extratos das contas correntes mantidas pelo BEC" constantes dos subitens 4.1.1 e 4.2.1 fica suprimida a expressão "mantidas pelo BEC"

3.2) Fica suprimido do Rol de Responsáveis constantes dos subitens 4.1.4.1 e 4.2.4.1 o tópico "Os membros da diretoria"

3.3) Fica suprimida a expressão " Para as autarquias e fundações" do primeiro tópico do subitem 4.2.4.4.2

3.4.) Fica suprimida a expressão "Autarquias e Fundações" dos subitens 4.2.4.4.3-BALANÇO PATRIMONIAL (Autarquias e Fundações) e 4.2.4.4.5- DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Autarquias e Fundações)

3.5) Fica suprimida a expressão “confrontando com os valores empenhados no SIC” do sétimo tópico do subitem 4.3.4.2.

3.6) Fica suprimido o nono tópico do subitem 4.3.4.2.

3.7) Fica suprimida a expressão “concessão de aposentadoria e pensão” do sexto tópico do subitem 4.3.4.3”.

3.8) Fica suprimida a expressão “observar processos cujos registros foram negados” do oitavo tópico do terceiro parágrafo do subitem 4.3.5.2.

4) ALTERAÇÕES NOS MODELOS DE CERTIFICADO:

4.1) Fica suprimido do item 5 o subitem 5.2.5

4.2) Fica excluído do subitem 5.2 o tópico "Modelo 05 - Revelia - Nomeação de Defensor"

4.3) Ficam eliminadas as expressões "Conforme" e “Subsecretário” da parte final dos Modelos 01 a 08, constantes dos subitens 5.2.1 a 5.2.8.

4.4) Ficam excluídos do subitem 5.2.1 - Modelo 01 o segundo e o terceiro parágrafos.

4.5) O quarto, o quinto e o sétimo parágrafos do subitem 5.2.1 - Modelo 01 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"4 Ausente(s) da Tomada/ Prestação de Contas a(s) peças exigida(s) pela legislação, especialmente pelo art. 9º da Lei 12.509/95, e pelo Manual de Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais deste Tribunal, enumeradas a seguir(listar as peças ausentes):"

"5 Em assim sendo, esta Inspeção propõe a restituição do feito à origem para fins de complementação de sua instrução."

"7 CERTIFICA, para os devidos fins, que, considerando a ausência de peça(s) exigida(s) pela legislação, o processo em análise não se encontra devidamente instruído, e, no ensejo, submete o feito à consideração superior, propondo sua devolução à origem para fins de complementação da instrução, consoante especificado no item 2 deste Certificado, com ciência do(s) interessado(s) (especificar os responsáveis) acerca da necessidade de anexação da(s) peça(s) reclamada(s), permanecendo em situação de omissão no dever de prestar contas."

4.6) O Modelo 02 constante dos subitens 5.2 e 5.2.2 passam a denominar-se "Exame preliminar - Não cumprimento de diligência"

4.7) O segundo, o quinto e o sétimo parágrafos do subitem 5.2.2 - Modelo 02 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"2 Em Certificado vestibular (fls. numerar), esta Inspeção ressaltou a necessidade de complementação da instrução do feito, motivada pela ausência de peça(s) essencial(is). Na

oportunidade, o Relator, por meio do despacho de fls. (numerar), acatou a propositura de devolução do processo à origem para anexação da(s) peça(s) processual(is) reclamada(s)."

"5 Considerando que a diligência do Relator não foi cumprida por parte do(s) envolvido(s), incorreu-se na infração prevista no inciso V do art. 62 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07, in verbis:

Art. 62 - O Tribunal poderá aplicar multa de até R\$30.000,00 (trinta mil reais) aos responsáveis, observada a seguinte gradação: (...)"

"7 **CERTIFICA**, para os devidos fins, que a diligência não foi totalmente cumprida, e, no ensejo, submete o feito à consideração superior, propondo que: (...)"

4.8) Fica suprimido o terceiro parágrafo do subitem 5.2.3 - Modelo 03.

4.9) O quarto e o quinto parágrafos do subitem 5.2.3 - Modelo 03 passam a ter a seguinte redação.

"4 A Conta Anual encontra-se devidamente constituída com as peças exigidas pela legislação, especialmente pelas previstas no art. 9º da Lei nº 12.509/95 e pelo Manual de Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas Anuais deste Tribunal, a seguir relacionadas: (...)"

"5 Em assim sendo, esta Inspeção entende, s.m.j., que a Prestação de Contas está em condição de ser considerada oficialmente recebida pelo Tribunal."

4.10) Os quadros "Valores Orçamentários e Financeiros" e "Índices de Desempenho" constantes do item 3 do Modelo 03 - Instrução Inicial passam a ter a seguinte composição:

" VALORES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

VALORES ORÇAMENTÁRIOS
ITENS

Receitas Orçamentárias
Receitas Correntes
Receitas de Capital
Despesas Orçamentárias
Despesas Correntes
Despesas de Capital

AUTORIZADO/PREVISTA EXECUTADO

VALORES FINANCEIROS
ITENS

Receitas Extra-Orçamentárias
Restos a Pagar Inscritos
Restos a Pagar Cancelados
Outras Receitas Extra-Orçamentárias
Despesas Extra-Orçamentárias
Restos a Pagar Pagos
Outras Despesas Extra-Orçamentárias
Saldo Financeiro do Exercício Anterior
Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte
Transferências Recebidas

EXECUTADO

Transferências Correntes Transferências de Capital
Aplicações Diretas
Com Custeio (Desp. Corr. - Transf. Corr.)
Com Pessoal
Com Investimento e Inversão Financeira

ÍNDICES DE DESEMPENHO
ÍNDICES

EXERCÍCIO DE

Execução da Receita
Execução da Despesa
Resultado Orçamentário
Inscrição de Restos a Pagar
Despesas Diretas com Custeio
Despesas Diretas com Pessoal
Despesas Diretas com Investimento e Inversão Financeira
Receitas Próprias
Auto-Suficiência de Receitas Próprias
Liquidez Corrente
Índice de Liquidez Geral
Endividamento Capital Terceiro/Recursos Totais
Endividamento Capital Terceiro/Capital Próprio"

4.11) O segundo e terceiro parágrafos do subitem 5.2.4 - Modelo 04 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"2 Instruído o feito, esta Inspetoria propôs que fosse autorizada a realização de inspeção in loco junto ao (especificar o local e objeto da inspeção), com o intuito de dirimir dúvidas levantadas no Certificado inicial de fls. (numerar). Tal sugestão foi acatada pelo Relator, conforme despacho de fls. (numerar)."

"3 Em cumprimento ao citado despacho, os inspecionantes deslocaram-se ao (especificar local, data, contatos etc.), elaborando o Relatório de Inspeção nº (numerar) de fls. (numerar), a seguir analisado."

4.12) O segundo, terceiro, quarto e oitavo parágrafos do subitem 5.2.6 - Modelo 06 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"2 Instruído o feito, esta Inspetoria propôs audiência do(s) responsável(is) para que apresentasse(m) esclarecimentos/justificativas acerca dos fatos relatados no Certificado inicial de fls. (numerar), tendo sido acatada a propositura pelo Relator, conforme despacho de fls. (numerar)."

"3 Em cumprimento ao citado despacho, foi promovida a audiência do(s) Sr(s). (individualizar), por meio do(s) Ofício(s) nº(s). (especificar) de fls. (numerar), (respectivamente), ou por meio do Edital nº (numerar), publicado no DOE de (especificar)."

"4 (situação 1 revelia) O(s) responsável(is) foi(ram) cientificado(s) acerca da diligência determinada pelo Relator, consoante se vê dos documentos de fls. (numerar) [não cabível em notificação por edital]. Até a presente data, entretanto, não apresentou(aram) razões de justificativas quanto às irregularidades apontadas por esta Inspetoria, encontrando-se, pois, em situação de revel(is), podendo-se dar prosseguimento ao processo, de acordo com o disposto no § 4º do art. 12 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07. "

"8 **CERTIFICA**, para os devidos fins, a revelia do(s) responsável(is) ou que a audiência do(s) responsável(is) restou em justificativas insuficientes para dirimir as dúvidas levantadas, e, no ensejo, submete o feito à consideração superior, propondo que (situações a seguir)

a) as Contas Anuais do(a) (órgão/entidade/fundo), relativas ao exercício de (ano), sejam julgadas irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 15, inciso III, alínea “c” e 18, parágrafo único, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07, considerando a(s) ocorrência(s) relatada(s) no(s) subitem(ns) (numerar) deste Certificado instrutivo, com aplicação de multa ao(s) responsável(is), Sr(s). (individualizar), fixando- lhe(s) prazo para que comprove(m), perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Estadual, com base nos artigos 62, inciso I e 22, inciso III, alínea “a”, da citada Lei;"

4.13) O segundo, terceiro e quarto parágrafos do subitem 5.2.7 - Modelo 07 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"2 Instruído o feito, esta Inspeção propôs citação do(s) responsável(is) para que apresentasse(m) esclarecimentos/justificativas acerca dos fatos relatados no Certificado inicial de fls. (numerar) ou recolhesse(m), se assim desejasse(m), aos cofres do Tesouro Estadual a(s) quantia(s) devida(s) de (especificar), atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente, em razão da(s) ocorrência(s) relatada(s) no(s) subitem(ns) (enumerar) do Certificado nº (numerar) de fls. (numerar), em razão do(s) débito(s) apurado(s), tendo sido acatada a propositura pelo Relator, conforme despacho de fls. (numerar)."

"3 Em cumprimento ao citado despacho, foi promovida a citação do(s) Sr(s). (individualizar), por meio do(s) Ofício(s) nº(s). (especificar) de fls. (numerar), (respectivamente), ou por meio do Edital nº (numerar), publicado no DOE de (especificar)."

"4 (situação 1 revelia) O(s) responsável(is) foi(ram) cientificado(s) acerca da diligência determinada pelo Relator, consoante se vê dos documentos de fls. (numerar) [não cabível em notificação por edital]. Até a presente data, porém, não apresentou(aram) razões de justificativas de defesa quanto às irregularidades apontadas por esta Inspeção nem efetuou(ram) o recolhimento do(s) débito(s), encontrando-se, pois, em situação de revel(is), podendo-se dar prosseguimento ao processo, de acordo com o disposto no § 4º do art. 12 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07."

4.14) As alíneas "a" e "f" do oitavo parágrafo do subitem 5.2.7 - Modelo 07 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"8 **CERTIFICA**, para os devidos fins (...)

a) sejam as Contas Anuais do(a) (órgão/entidade/fundo), relativas ao exercício de (ano), julgadas irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 15, inciso III, alínea “(c ou d)” e 18, caput, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07, considerando a(s) ocorrência(s) relatada(s) no(s) subitem(ns) (numerar) deste Certificado instrutivo, e em débito o(s) responsável(is), Sr(s). (individualizar), condenando-o(s) ao pagamento da(s) importância(s) de (especificar), devidamente atualizada(s) nos termos da legislação vigente, fixando-lhe(s) prazo para que comprove(m), perante este Tribunal, o recolhimento da(s) referida(s) quantia(s) aos cofres do Tesouro Estadual, com base no artigo 22, inciso III, alínea “a”, da citada Lei;

.....

f) seja enviada cópia do Acórdão à Assembléia Legislativa, conforme determina o § 4º do artigo 15 da Lei nº 12.509/95 (na ocorrência da hipótese prevista no inciso III, alínea “d”, do artigo 15 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07)."

4.15) As alíneas "c" e "h" do décimo parágrafo do subitem 5.2.7 - Modelo 07 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"10 CERTIFICA, para os devidos fins (...)

c) sejam as Contas Anuais do(a) (órgão/entidade/fundo), relativas ao exercício de (ano), julgadas irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I e 15, inciso III, alínea “(c ou d)”, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07, considerando a(s) ocorrência(s) relatada(s) no(s) subitem(ns) (numerar) deste Certificado instrutivo, não obstante já devidamente comprovado o recolhimento integral do(s) débito(s) por parte do(s) responsável(is), Sr(s). (individualizar), dando-se quitação do(s) débito(s), conforme determina o artigo 26 da citada Lei;

.....
h) seja enviada cópia do Acórdão à Assembléia Legislativa, conforme determina o § 4º do artigo 15 da Lei nº 12.509/95 [na ocorrência da hipótese prevista no inciso III, alínea “d”, do artigo 15 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07].

4.16) As alíneas "c" e "h" do décimo segundo parágrafo do subitem 5.2.7 - Modelo 07 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"12 CERTIFICA, para os devidos fins (...)

c) sejam as Contas Anuais do(a) (órgão/entidade/fundo), relativas ao exercício de (ano), julgadas irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I e 15, inciso III, alínea “(c ou d)” e 18, caput, da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07 considerando a(s) ocorrência(s) relatada(s) no(s) subitem(ns) (numerar) deste Certificado instrutivo, e em débito o(s) responsável(is), Sr(s). (individualizar), condenando-o(s) ao pagamento da(s) importância(s) de (especificar), devidamente atualizada(s) nos termos da legislação vigente, fixando-lhe(s) prazo para que comprove(m), perante este Tribunal, o recolhimento da(s) referida(s) quantia(s) aos cofres do Tesouro Estadual, com base no artigo 22, inciso III, alínea “a”, da citada Lei;

.....
h) seja enviada cópia do Acórdão à Assembléia Legislativa, conforme determina o § 4º do artigo 15 da Lei nº 12.509/95 [na ocorrência da hipótese prevista no inciso III, alínea “d”, do artigo 15 da Lei nº 12.509/95, com a redação dada pela Lei nº 13.983/07]."